

Editorial

Passados quatro meses de gestão, tenho ainda mais firme a convicção de que os Procuradores do Estado e os servidores da PGE dispõem de um instrumento valiosíssimo de enriquecimento profissional e cultural: o Centro de Estudos.

Sua organização pelo Decreto nº 8.140, de 5 de julho de 1976, foi uma feliz e ousada proposta da então Procuradora Geral do Estado, Doutora Anna Cândida da Cunha Ferraz, e do Procurador-Chefe do Centro de Estudos, Doutor Eurípedes Carvalho Pimenta, colegas aos quais deixo aqui consignadas minhas homenagens.

Para o atendimento de um universo ainda reduzido de profissionais, foram concebidos para o Centro de Estudos serviços de Aperfeiçoamento, de Divulgação, de Biblioteca e de Administração voltados ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos, além da edição e divulgação de matéria de interesse da Procuradoria Geral do Estado, produção de informações técnico-jurídicas no campo de atuação da Instituição.

Tratar destes objetivos neste novo milênio, quando a velocidade da informação é desenfreada e a oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização transborda e ultrapassa qualquer limite, tem exigido de nossa equipe especial atenção a novas tecnologias que desafiam os métodos tradicionais de ensino, assim como de leitura, pesquisa, e de controle de recursos públicos.

Não podemos deixar de considerar que o Centro de Estudos serve a dois públicos: um, da nova geração, com jovens procuradores e servidores, que buscam a informação de modo instantâneo – a geração “Y” – e o outro, dos mais antigos, cuja tradição da atenção na leitura dos textos exige outro ritmo de acompanhamento.

Hoje nosso órgão dispõe de vários Programas na área de Aperfeiçoamento, atendendo aos 948 Procuradores do Estado da ativa e 767 servidores que prestam serviços na PGE.

Em um universo de 1.715 profissionais, não é difícil imaginar o volume da rotina administrativa do órgão que, para desempenho de suas atividades, não se pode furtar ao rigor no controle da utilização dos recursos públicos que dão suporte aos programas de aperfeiçoamento funcional, às atividades da Escola Superior, e àquelas relacionadas à organização, divulgação e publicação de periódicos e revistas de destaque na área jurídica.

Nossa equipe, hoje formada pelos colegas Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Norberto Oya e Camila Rocha Scwenck, Patrícia Ulson Pizarro Werner e Marily Diniz do Amaral Chaves, tem se empenhado em atender aos anseios da carreira em relação ao Centro de Estudos, sempre observando, contudo, os princípios da legalidade, interesse público, eficiência e economicidade.

Dentro desta linha, algumas mudanças se mostraram necessárias.

A primeira delas é a observação dos prazos regulamentares para a apresentação da documentação que dá suporte aos programas de ajuda financeira.

Outra, a necessidade de se ouvir os colegas em relação aos métodos tradicionalmente utilizados para a divulgação do material técnico-jurídico, e também para a realização de cursos de pequena, média e longa duração.

Estes fatores implicam comprometimento não só com a redução de custos, mas também com a preservação do meio ambiente.

A edição de boletins, periódicos e livros em meio eletrônico, a parceria com a Secretaria de Gestão para a imediata utilização dos recursos disponíveis para a realização de cursos e reuniões em teleconferências, ou por meio de transmissão pela “internet”, o planejamento do orçamento para que no próximo exercício seja possível dar início à reforma de salas na Capital e em todas as Procuradorias Regionais para que se coloquem na rotina do Aperfeiçoamento os cursos à distância, dentre outras medidas, são inovações que vão ao encontro daquilo que se espera de uma sociedade mais consciente e comprometida com os valores sociais e com a qualidade de vida das futuras gerações.

Soma-se a isto nossa vontade de enriquecer o site da PGE, alimentando o “link” do Centro de Estudos com o material disponibilizado por professores e palestrantes, assim como com a legislação atualizada e compilada, de modo a facilitar a consulta e utilização diária dos interessados.

O incentivo e o incondicional apoio à criação de Núcleos Temáticos, nos moldes do recém-criado, que tem por objeto o estudo dos aspectos jurídicos da participação financeira do Estado de São Paulo na exploração e produção de petróleo e gás, também estão dentro de nossa metas.

Por fim, chamo a atenção à importância da produção deste periódico que, na esteira do que foi escrito pelo Procurador Geral do Estado, Doutor Elival da Silva Ramos, no exemplar janeiro/fevereiro, representa importante ferramenta de apoio à advocacia pública, especialmente aos colegas recém-ingressados na carreira.

Neste número são colacionados importantes julgados, doutrinas e pareceres sobre invalidação do ato de nomeação em concurso público, a prescrição da responsabilização dos sócios administradores no caso de encerramento da empresa no curso de execução fiscal, a liberalidade dos sócios de sociedade anônima por ações para adesão ao procedimento da arbitragem, dentre outros temas.

Destaco a valorosa dedicação da comissão editorial, composta por colegas comprometidos e preocupados com a organização e circulação de material de suporte ao trabalho de cada um dos Procuradores do Estado. O intercâmbio entre profissionais gabaritados que almejam um mesmo fim só engrandecerá, ainda mais, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, instituição de excelência na Advocacia Pública brasileira.

Daí o nosso reiterado chamado para o envio de estudos e de novas teses lançadas, com sucesso, na defesa dos interesses do Estado.

MARIÂNGELA SARRUBBO FRAGATA

Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos